Resistência e Luta

Carta Programa

Chapa para as eleições à Adunesp - Biênio 2019-2021

Prezados docentes,

A universidade passa por uma crise sem precedentes. Os governos federal e estadual estão sintonizados no objetivo explícito de desmoralizar e desmantelar o sistema público de produção de ciência, tecnologia, pensamento crítico e de educação superior. Ambos têm implementado políticas de asfixia orçamentária e financeira e de confisco da autonomia universitária consagrada no Art. 207 da Constituição de 1988 – que estabelece que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" –, bem como na Constituição do Estado de São Paulo.

As ações e políticas implementadas pela reitoria da Unesp, interna e externamente, embora eventualmente busquem soluções imediatas para a crise de financiamento, não conseguem se contrapor ao processo de precarização em curso. Elas constituem uma capitulação às diretrizes dos governos estadual e federal, e de ajuste fiscal, impondo diretrizes autofágicas, tais como: a mudança na priorização de contratações docentes de RDIDP para RTC – em franca colisão com o Estatuto da Unesp, em seu Artigo 89, que estabelece que "a Unesp adotará como regime preferencial de trabalho aquele que fixar a dedicação integral à docência e à pesquisa" –; a contratação de servidores docentes e técnico-administrativos muito abaixo do número adequado para o seu pleno funcionamento; a suspensão dos planos de carreira, medidas que colocam em nosso horizonte próximo o desmantelamento dos grupos de pesquisa já consolidados e a precarização daqueles em fase inicial, o enfraquecimento da produção das nossas pós-graduações e a devastação progressiva e acelerada da qualidade dos nossos cursos de graduação. Com a assinatura do "Termo de Compromisso" junto ao governo estadual, e a promoção do esvaziamento das funções decisórias dos colegiados centrais, feita por meio da fragmentação das eleições para esses órgãos e ainda pela atuação repressiva da CPA, entre outras, o exercício do poder dentro da Unesp vem sendo concentrado nas mãos de poucos, tornando a sua estrutura decisória cada vez mais verticalizada, o que é contrário ao modelo de decisões colegiadas verdadeiramente democráticas.

Nesta mesma direção, o governo estadual tem intensificado os ataques contra as universidades estaduais paulistas, contingenciando verbas, instaurando a CPI das Universidades Estaduais na Assembleia Legislativa, recusando-se sistematicamente a aumentar a sua dotação orçamentária e a alocar parte dos recursos provenientes da arrecadação do ICMS que lhes cabe, arbitrariamente retirados da base de cálculo.

O esforço de 40 anos de construção dessa universidade está sendo comprometido para as gerações futuras. Se nada for feito para reverter esse processo, caminhamos a passos largos para o rebaixamento irreversível da Unesp, *pari passu* com as demais universidades públicas brasileiras, à condição de irrelevância por meio da sua deterioração progressiva.

Portanto, no que se refere ao reitor e às forças políticas que o apoiam, este processo que ora se acompanha não se trata de simples incompetência administrativa e irresponsabilidade política, fatos estes que caracterizaram as últimas gestões reitorais e que criaram um caldo de cultura que nos colocou diante de um verdadeiro desastre. Trata-se, sim, de mudar significativamente o caráter da universidade pública, visando colocá-la em sintonia com a perspectiva neoliberal imposta por esses governos que tentam submetê-la à condição rebaixada que consideram que esta deve ter num país subdesenvolvido, cujo subdesenvolvimento deve ser aprofundado pela destruição de todos os elementos que lhe assegurem um mínimo de soberania e garantam a subalternidade que lhe é permitida no contexto mundial.

Intensa luta tem sido protagonizada pela Adunesp e pelo Fórum das Seis junto ao Cruesp e aos deputados paulistas, que atuam na Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp, buscando o aumento de recursos, como foi por ocasião da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e apoiando a Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas Paulistas, desde seu lançamento na Assembleia Legislativa, em 19 de abril deste ano. Historicamente, temos enfrentado com êxito a resistência do poder Executivo e a subserviência de muitos parlamentares, e ampliado a dotação orçamentária das estaduais paulistas, de 8,4% para 9% em 1990, e de 9% para 9,57% em 1995. Em 2005, conseguimos a aprovação de um percentual de 10% do ICMS/QPE para as universidades, que infelizmente foi vetado posteriormente pelo governador Geraldo Alckmin. Ainda na Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada em 2019, fizemos também a luta, mas não foi possível ampliar os recursos para as universidades públicas paulistas. Hoje, a situação destas universidades está sendo ainda agravada por mais um arroubo autoritário do Cruesp, que interrompeu unilateralmente as negociações com o Fórum das Seis, e pelo reitor da Unesp, que aprofunda a cada ano a quebra da isonomia salarial a partir de 2016 entre as três universidades públicas, Unesp, USP e Unicamp.

Neste momento, na Unesp permanece o veto às contratações em RDIDP (nas reposições das aposentadorias, mortes e eventuais demissões) e ao plano de carreira dos servidores docentes e técnico-administrativos. Nossas vidas acadêmica e funcional têm sido aviltadas e destruídas, e ainda pairam sobre nossas cabeças ameaças veladas, ou às vezes explícitas, de repressão aos movimentos que se contrapõem a essas práticas políticas. Docentes trabalham sob a égide cega do produtivismo e da internacionalização, com a sua atividade profissional controlada pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que carrega em si a prerrogativa real de término a qualquer tempo da carreira acadêmica de um docente, promovendo o que chama de "readequação do regime de trabalho". Esta nada mais é do que uma punição para aquele ou aquela que, cumprindo sua autonomia acadêmica, não desempenha profissionalmente o que preconiza compulsoriamente esta comissão. Isto acontece mesmo que contrariando, muitas vezes, as manifestações do Departamento e da Congregação da própria Unidade do docente. Some-se a isto a contratação indiscriminada de professores bolsistas, e de docentes substitutos em condições de trabalho extremamente precarizadas, que sequer recebem a integralidade do vale alimentação pago aos seus colegas CLTistas ou estatutários com igual carga horária.

Neste momento, também vivemos sob a égide da insegurança jurídica, que coloca em risco o futuro de toda a comunidade unespiana, aposentados ou não, cujos direitos trabalhistas estão sob ameaça pela proposta de reforma da Previdência em tramitação no Congresso Nacional e, também, devido a pareceres exarados por órgãos de assessoria do Estado, nas duas situações, contrariando preceitos inscritos na Constituição Federal de 1988. Tudo isto vem deteriorando as perspectivas das carreiras dentro da universidade.

Para conter o avanço deste tipo de gestão conservadora e autocrática, e reordenar a trajetória da Unesp, de modo a fortalecer e a ampliar processos reais de democratização, faz-se necessária uma frente ampla de resistência. Precisamos instaurar as condições adequadas para que a produção de conhecimento seja feita respeitando o devido tempo de maturação da atividade de pesquisa e a independência dos seus realizadores. Precisamos impulsionar, fortalecer e ressaltar a graduação como sustentáculo central das melhores universidades do mundo.

Neste cenário de perda de valores acadêmicos, de devastação de direitos, de vulnerabilidade jurídica e de degradação, é necessário o fortalecimento do Sindicato, que constitui ferramenta importante para a reconstrução da nossa universidade, recolocando-a numa perspectiva de honrar o compromisso que tem com o Estado de São Paulo e com o país. As ações que a Adunesp tem realizado fazem parte das lutas do nosso Sindicato pela redemocratização da universidade pública e por melhores condições de trabalho e de formação do cidadão, contribuindo para o restabelecimento do *ethos* acadêmico que desde a sua fundação caracterizou a Unesp.

É neste contexto que a chapa ***Resistência e Luta*** se apresenta para dirigir a Adunesp como entidade autônoma, democrática, independente e representativa dos trabalhadores docentes, coerentemente com os princípios que norteiam a defesa de uma universidade verdadeiramente pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada. Nosso objetivo é avançar na organização e mobilização combativa dos trabalhadores docentes da Unesp para resistir ao desmanche em curso, para reconstruir nossa universidade e reivindicar, permanentemente, condições dignas de formação, trabalho e salário para todos aqueles que cotidianamente dão vida à instituição.

Precisamente nesse sentido, nos propomos a fazer o enfrentamento necessário contra o projeto de universidade empresarial dominante na Unesp, modelo este que se sustenta no achatamento salarial e no enxugamento de quadros, à medida em que pressupõe o seu financiamento pela venda indiscriminada de serviços e pelas cobranças de todo tipo por meio de parcerias público privadas (PPP) e de uma visão pós-

moderna e ultraliberal de empreendedorismo. Isto aprofunda o vazio entre a universidade e as classes populares e, em última instância, promove a discriminação econômica do acesso ao conhecimento, tanto da sua produção como na sua difusão. Para combater esse modelo perverso e promover a reconstrução da Unesp – que já sofre as consequências do processo de desmonte planejado pelos governos federal e estadual com a colaboração da reitoria – apresentamos uma proposta que passa pelo debate qualificado e democrático da definição dos rumos da instituição, por meio da construção de uma base docente maior e mais identificada com as questões políticas e acadêmicas da universidade, e de canais mais efetivos de participação da comunidade nas decisões importantes para o futuro da Unesp, tais como a implementação do Chapão da Adunesp.

Convencidos da urgência da organização da categoria, nos comprometemos a:

1) continuar representando os interesses da categoria junto ao Fórum das Seis, seja nas negociações salariais com o Cruesp e na luta por mais verbas para o sistema público de ensino superior do Estado;
2) realizar campanhas de filiação e trabalhar para fortalecer os laços, dando maior organicidade na relação com as subseções sindicais;
3) fundar novas subseções sindicais nas localidades onde elas ainda não estejam estruturadas;
4) intensificar a informação e aprimorar os veículos de comunicação com a base;
5) estimular a participação e dar prosseguimento à realização das Plenárias Estaduais;
6) atuar coordenadamente nas esferas decisórias institucionais, por meio de representantes eleitos junto aos órgãos colegiados centrais e suas Câmaras Assessoras (Chapão);
7) desenvolver os trabalhos da Comissão da Verdade da Adunesp, lutando por memória, verdade, justiça e reparação;
8) constituir os seguintes grupos de trabalho: Verbas, finanças e orçamento; Carreira e avaliação docente; Políticas educacionais, políticas públicas; Política e formação sindical, Saúde do trabalhador; Comunicação.

Entendemos também que, particularmente nesse momento em que os próximos passos serão determinantes para o futuro da Unesp, é necessário que a comunidade unespiana tenha a sua voz ouvida e sua opinião considerada, exercendo o devido peso político para mudar a perspectiva de falência das instâncias representativas no ensino, na produção de conhecimento e de pensamento crítico, restabelecendo práticas concretamente democráticas por que temos lutado a duras penas, até este momento. Para isso, faz-se necessário o comprometimento imediato da nossa chapa com as prioridades que constituem a Carta Programa do Chapão da Adunesp, que foram definidas e aprovadas em Plenária Estadual realizada em 03/07/2019, e que são as seguintes:

1. O estabelecimento de parâmetros para a discussão democrática do funcionamento e da estrutura da Universidade: reformas acadêmica, administrativa e gerenciamento dos recursos provenientes do ICMS (Quota-Parte do Estado) responsáveis pelo financiamento da Unesp;

2. A transparência na movimentação e acesso ao gerenciamento das alíneas orçamentárias e dos critérios de liberação de recursos do PDI;

3. O estabelecimento de uma sistemática para a discussão da peça orçamentária, de modo a que os membros do CO possam ter uma melhor compreensão da distribuição dos recursos da Universidade;

4. A luta:
   - Contra o fechamento de campi e redução de vagas na Unesp;
   - Para que vagas e campi novos somente sejam criados após a consolidação da expansão já realizada a partir da ampliação de recursos perenes para o financiamento da Unesp;
   - Para que as unidades complementares, auxiliares, e institutos de pesquisas, ou assemelhados, sejam avaliados e submetidas às determinações constantes nas resoluções que disciplinam essas instâncias;

- Pela superação do déficit de docentes;
- Para prover condições adequadas de trabalho em todos os campi;
- Contra qualquer tipo de contratação que precarize o trabalho docente. A contratação docente deve ser prioritariamente em RDIDP;
- Para que os docentes dos campi experimentais tenham representação plena no Conselho Universitário;
- Para transformar os campi experimentais em unidades consolidadas.

5. Que a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) seja uma Comissão assessora do CEPE, e não do Reitor. Que deliberações com base nas eventuais avaliações realizadas pela CPA sejam feitas pelo CEPE, ouvido o Departamento.

6. Que NENHUMA das comissões assessoras tenha assento com direito a voto em qualquer colegiado, a menos que seja estatutariamente constituída por membros deste colegiado.

7. Discussão e elaboração de políticas internas e ações externas, visando a criação e o fortalecimento de programas de Pós-Graduação de caráter estratégico e de relevância social.

8. Pelo estabelecimento de uma carga horária didática de, no máximo, 8 horas semanais/semestre por docente, de forma que ele/ela possa desempenhar suas atividades de ensino-pesquisa-extensão e gestão, com a dedicação, qualidade e serenidade necessárias.

9. Pela manutenção dos cursos de formação inicial exclusivamente presenciais.

10. Que a dinâmica das reuniões dos colegiados e comissões seja discutida previamente com os/as outros/as conselheiros/as, em especial os principais pontos de pauta, de modo que o/a representante titular coloque o/a suplente a par, e a comunidade devidamente informada do que foi discutido, e avise com antecedência seu/sua suplente na eventualidade de sua ausência.

11. A defesa por todos os meios a autonomia da Unesp.

Integrantes da Chapa "Resistência e Luta" para a Diretoria Central da Adunesp:

João da Costa Chaves Jr. (Presidente)

Dayse Iara dos Santos (Vice-Presidente)

Angélica Lovatto (Secretária Geral)

Fernando Ramalho Martins (Vice-Secretário Geral)

Antônio Luís de Andrade (Tesoureiro)

Fábio Kazuo Ocada (Vice-Tesoureiro)

São Paulo, 15 de julho de 2019.

Saudações sindicais e universitárias!